



CENTRO DE ESTUDIOS
INTERDISCIPLINARIOS SOBRE MUJERES
MAESTRÍA "PODER Y SOCIEDAD
DESDE LA PROBLEMÁTICA DE GÉNERO"

Aborto e mídia: um estudo a partir do feminismo decolonial.

Fernanda Marcela Torrentes Gomes^{*}, Luciana Patrícia Zucco^{**}

Resumen

El artículo discute el aborto en dos medios de comunicación: *Portal Geledés* y periódico *Folha de São Paulo*, a partir del feminismo decolonial. El estudio se caracteriza como exploratorio y descriptivo, teniendo los marcadores de raza, clase y género como centralidad analítica. La investigación tuvo como hito temporal el período en que el diputado Marco Feliciano estuvo en la presidencia de la Comisión de los Derechos y Minorías (desde el 7 de marzo de 2013 al 26 de febrero de 2014) en Brasil, siendo los datos de la investigación organizados mediante el análisis de contenido. Los resultados apuntan a la religión cristiana ya la colonialidad del saber como elementos constantes en la transmisión de noticias sobre el aborto en ambos medios de comunicación, revelando aspectos del contexto social del país y de América Latina. Concluimos que hay una politización del lugar de las mujeres y su relación con el aborto en *Geledés* habiendo una visibilidad de las violencias que atraviesan la temática. Sin embargo, los dos medios analizados no proyectaron la intersección de la raza y los derechos sexuales y reproductivos.

Palabras Clave: Aborto- Feminismo decolonial- Medio- Raza- Religiosidad.

Abortion on media: a study from decolonial feminism

Abstract

The article presented discusses abortion in two medias: *Portal Geledés* and *Folha de São Paulo* newspaper, based on decolonial feminism. The study is characterized as exploratory and descriptive, with the markers of race, class and gender as analytical centrality. The research its chronical marker the period in

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/ Brasil. NUSSERGE/UFSC. Contacto: fernandatorrentes@gmail.com

** Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE/UFSC) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) (Brasil). Contacto: lpzucco@uol.com.br

Torrentes Gomes, Fernanda Marcela; Zucco, Luciana Patrícia. "Aborto e mídia: um estudo a partir do feminismo decolonial" en *Zona Franca. Revista del Centro de estudios Interdisciplinario sobre las Mujeres, y de la Maestría poder y sociedad desde la problemática de Género*, N°26, 2018 pp.107-139. ISSN, 2545-6504 Recibido: 1 de junio, 2018; Aceptado: 26 de septiembre 2018

which Deputy Marco Feliciano was ahead of the Brazilian Commission of Rights and Minorities (from March 7, 2013 to February 26, 2014), the research data being organized through analysis. The results point to the Christian religion and the coloniality of knowledge as constant elements in the media placement of abortion news in both, revealing aspects of the social context of the country and Latino America. We conclude that there is a politicization of the place of women and their relationship with abortion in society in *Geledés*, with a visibility of the violence that crosses the thematic. However, the two media analyzed did not project the intersection race and sexual and reproductive rights.

Keywords: Abort- Decolonial feminist- Media- Race- Religion.

Introdução

O presente estudo tem como objeto de investigação o aborto na imprensa jornalística e na mídia feminista, a partir do feminismo decolonial¹. Ao analisarmos as notícias sobre aborto veiculadas por um jornal de visibilidade nacional (Folha de São Paulo) e um coletivo feminista, com repercussão nas redes sociais (Geledés – Instituto da Mulher Negra), utilizamos o argumento da condição estratégica da comunicação de difundir informações em um menor tempo e para o máximo de pessoas (Thompson, 2014).

Partimos do entendimento que há contrastes e contradições presentes nas notícias em ambos os meios de comunicação, evidenciando suas tendências relacionadas à natureza dos veículos, aos recortes de raça/etnia, de classe e de gênero empregados às matérias, bem como aos valores morais e religiosos associados à temática. (Rosado-Nunes, 2012). Por meio desses marcadores,

¹ Os dados aqui apresentados decorrem da pesquisa realizada durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil, que resultou na dissertação intitulada “Eu aborto, tu Abortas, somos todas clandestinas”. Mídia e Aborto: uma perspectiva do feminismo decolonial”, defendida em 2017/2.

nossa hipótese era de que em Geledés a tendência fosse de promoção das discussões racializadas e periféricas sobre o aborto, com destaque a uma abordagem interseccional, denunciando as vulnerabilidades das mulheres em geral, principalmente, negras e não brancas, em função de ser um coletivo feminista negro. Na Folha, entendíamos que haveria a reprodução de concepções instituídas e aceitáveis por uma sociedade cristã, com a promoção de notícias com a presença de uma mulher distante das possíveis identificações de suas leitoras, e argumentos ancorados em posições jurídicas e biomédicas.

A leitura decolonial contribui para explicar processos e relações coloniais que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade, com efeitos significativos para as mulheres. Ademais, possibilitou trazer para a discussão do aborto a continuidade das formas de dominação, sejam elas econômicas, culturais ou políticas, através das estruturas capitalistas moderno/coloniais, mesmo após o fim do domínio de alguns povos sobre outros (Grosfoguel, 2008).

As feministas decoloniais ao elaborarem um pensamento advindo das margens pelas “feministas do terceiro mundo” (Espinosa-Miñoso, 2014), potencializaram e colaboraram na ressignificação do debate sobre o aborto. Ao reconhecer que as consequências da colonização transformam as diferenças em desigualdades, o decolonialismo afirma, portanto, que a discriminação que

mulheres ameríndias e amefricanas² sofrem assumem caráter triplo (de raça, classe e gênero). Assim, não é de estranhar que estas mulheres situadas nos segmentos mais subordinados das classes exploradas possuam o maior número de mortalidade materna, de acordo com dados do último Relatório Socioeconômico da Mulher³ elaborado pelo Governo Federal Brasileiro.

Ao compreendermos que a autonomia das mulheres está associada aos marcadores de classe e raça, visibilizamos quem são as principais atingidas pela criminalização do aborto. Entretanto, a disseminação de informações advindas dos meios de comunicação de massa e dos sistemas ideológicos tradicionais perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais (Gonzalez, 1988). Oculta, ainda, efeitos concretos dessas desigualdades na vida das mulheres negras e não brancas.

Na sequência, apresentamos o caminho percorrido para a construção dos dados, bem como a discussão dos resultados e as tendências das posições que se projetam a respeito do aborto difundidas pela Folha de São Paulo e Geledés. Destacamos que a pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, não se tratando de um estudo comparativo em seu sentido estrito.

Os dados indicaram que ambos os veículos de comunicação ora promovem a manutenção de valores, ora os deslocam em seus debates. Embora haja

² Termos utilizados por Lélia Gonzalez em seu texto “Por um feminismo Afrolatinoamericano” de 1988.

³ Ver *Relatório Socioeconômico da Mulher*. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: 07 maio 2017.

particularidades na abordagem da temática, devido à natureza e compromisso com segmentos distintos, ambos respondem a um contexto social, econômico, político e moral, e retratam sujeitas produtoras e representadas nas matérias⁴ e instituições. Nos resultados, chamou-nos a atenção a secundarização do debate racial nas notícias em Geledés, uma vez que a raça, assim como a classe, é um marcador central de vulnerabilidade às mulheres para a realização de abortos clandestinos. Ademais, nos remetem às discussões relacionadas às políticas públicas de saúde brasileira (SUS), e às decisões do Poder Judiciário, no qual o processo de igualdade se subscreeve por meio de uma dimensão jurídico-formal. Neste sentido, o contexto midiático brasileiro demonstra que a realidade está em constante movimento, contudo, as relações coloniais que instituem a colonialidade do poder e a colonialidade de gênero permanecem, mesmo nas mídias consideradas alternativas.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, e analisou as notícias sobre aborto em dois meios de comunicação, embora não se trate de um estudo comparativo. A opção teórica e metodológica foi pelo feminismo decolonial, com destaque para os marcadores de raça, classe e gênero e sua relação com o aborto. Tal intersecção é pouco trabalhada e visibilizada na produção de conhecimento, ainda que haja uma vasta discussão acadêmica sobre o aborto.

⁴ Este artigo tem como referência geral o feminino. É uma escolha política baseada na compreensão de que um texto cria sentidos e reflete a visão e a ideologia de suas escritoras, conforme destacado por Caldas-Coulthard (2008). A autora ao se referir aos seres humanos pelo feminino, e não pelo masculino, privilegia as mulheres em seus discursos.

Em uma breve revisão literária na *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*⁵ foram localizados apenas doze artigos com as palavras chaves “aborto” e “mídia”; com “aborto” e “decolonial” nenhum artigo foi encontrado. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontrados 32 resultados com as palavras chaves “aborto” e “mídia”, ao se tratar de “aborto” e “decolonial”, igualmente nenhum resultado foi localizado.

O *corpus* do estudo foi composto por notícias que remetem ao aborto veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo e pelos boletins feministas publicados por Geledés – Instituto da Mulher Negra, no período de 15 de março de 2013 a 15 de março de 2014. Tais notícias estão circunscritas ao tempo de permanência do pastor e deputado Marcos Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Destacamos que Marco Feliciano é pastor da Catedral do Avivamento, uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus, e deputado federal brasileiro filiado ao Partido Social Cristão (PSC). Eleito em 2010, com 212 mil votos, foi o segundo político evangélico com maior número de votos no país e o 12º entre os 70 deputados eleitos pelo estado de São Paulo; reeleito em 2014, permanece no cargo de deputado federal.

Vinculado à chamada bancada evangélica, seu mandato foi bastante criticado por entidades ligadas aos direitos humanos⁶ e, particularmente, pelas

⁵ Portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos completos de revistas na Internet .

⁶ “Manifestantes pelo Brasil protestam contra deputado Marco Feliciano”. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/manifestantes-pelo-brasil-protestam-contra-deputado-marco-feliciano.html> Acesso em: 17 jul. 2015.

entidades feministas, sendo acusado de machismo, racismo e homofobia⁷. Seu período como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias iniciou uma fase de grandes debates nacionais ligados a questões de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como de gênero⁸, com projeção nos meios de comunicação.

A escolha do jornal como veículo de investigação deve-se à confiabilidade da população nos jornais impressos, conforme estudo da Secretaria de Comunicação Social (Secom), realizado pelo Ibope⁹, e à cultura jornalística. Segundo esta pesquisa, 59% das entrevistadas afirmaram confiar muito ou sempre nas informações veiculadas pelos jornais impressos, enquanto que a confiabilidade na televisão é de 54%, e nas notícias veiculadas via rádio é de 57%. Essa mesma pesquisa indica que menos de 35% das pessoas confiam no que é noticiado na *internet*, seja em *blogs*, redes sociais, ou *sites* de notícias. Ou seja, embora o mesmo estudo aponte para um decréscimo da leitura do jornal impresso como um meio privilegiado de informação, este ainda é considerado a fonte mais confiável, em função de sua trajetória e da construção de hábitos e dinâmicas sociais.

⁷ “Organizações protestam contra posse do pastor Feliciano na comissão de Direitos Humanos.” Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3890:organizacoes-protestam-contra-posse-de-pastor-feliciano-na-comissao-de-direitos-humanos&catid=213:noticias-e-eventos&Itemid=148. Acesso em: 17 jul. 2015.

⁸ Feliciano quer votar bolsa estupro na comissão de Direitos Humanos. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/feliciano-quer-votar-bolsa-estupro-na-comissao-de-direitos-humanos-8715450>. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁹ Ver: Pesquisa brasileira de mídia 2016 - Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/ferna/Downloads/Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

A Folha de São Paulo se constitui como um dos cenários de coleta de dados por ser o jornal impresso de maior circulação nacional, apesar de produzido no estado de São Paulo. Atinge médias diárias de venda impressa e *online* de 342,2 mil, 6,3% acima de O Globo e 41,6% a mais que O Estado de São Paulo¹⁰. Conforme o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a Folha de São Paulo possui penetração em todo o território nacional, visto que também serve de referência para jornais regionais.

Fundado no ano de 1921, com o nome Folha da Noite (Saraiva; Coutinho, 2012), o jornal passa a fazer parte do Grupo Folha no ano de 1992 - conglomerado de mídia que abrange além da Folha de São Paulo, o maior portal de *internet* do país, o UOL, o jornal Agora São Paulo, o instituto Datafolha, a editora Publifolha, o selo Três Estrelas, a gráfica Plural e, em parceria com as Organizações Globo, o diário econômico Valor. Esse conjunto de veículos midiáticos faturou cerca de R\$ 4 bilhões no ano de 2016, sendo considerado o segundo maior grupo de mídia do país¹¹, aumentando, dessa maneira, seu potencial de produção e disseminação de conteúdo .

O Instituto da Mulher Negra – Geledés, por sua vez, integra o *corpus* da pesquisa por ser reconhecido nacionalmente por suas ações políticas em prol de uma pauta voltada às mulheres negras e por se destacar em seu ativismo *online*

¹⁰ Disponível em: JORNAIS, Associação Nacional de. Folha mantém liderança de circulação no país mostra IVC. Disponível em: <[http://www.anj.org.br/2014/07/01/folha-mantem-lideranca-de-circulacao-no-pais-mostra-ivc/.](http://www.anj.org.br/2014/07/01/folha-mantem-lideranca-de-circulacao-no-pais-mostra-ivc/)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

¹¹ Disponível em: UOL, Portal. A partir do jornal grupo Folha se diversificou e hoje tem 5 empresas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744086-a-partir-do-jornal-grupo-folha-se-diversificou-e-hoje-tem-5-empresas.shtml>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

em suas publicações diárias no Portal Geledés e em redes sociais. Utilizando-se do espaço virtual como um meio privilegiado de comunicação em rede, o Coletivo enxerga na *internet* um instrumento importante de difusão de conteúdos, luta e mobilização social. Ademais, evidencia uma tendência dos coletivos feministas atuais: a utilização da *internet* na criação de um campo de ação política e de resistência. Como menciona Nathalia Levy (2016), repórter do Portal, “Nas ruas ou atrás de um computador, é possível, sim, discutir ideias, aumentar o debate e contribuir para a causa na qual você acredita”¹².

Criado por meio da iniciativa de mulheres negras do estado de São Paulo no começo da década de 1980, o Coletivo foi fundado em abril de 1988 por Sueli Carneiro¹³ e Edna Roland¹⁴, motivadas pela participação no Conselho Estadual da Condição Feminina e, posteriormente, no Coletivo de Mulheres Negras (Almeida, 2010). Suas fundadoras possuem em suas trajetórias de lutas a marca do feminismo interseccional, no qual as questões referentes à raça, classe e gênero se combinam e entrecruzam¹⁵.

¹² Ver em: LEVY, Nathalia (2017). Como grupos do Facebook contribuem para o feminismo. 2016. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/como-grupos-do-facebook-contribuem-para-o-feminismo/#gs.dUHyr7I>. Acesso em: 15 abr.

¹³ Sueli Carneiro é coordenadora executiva do Geledés — Instituto da Mulher Negra.

¹⁴ Edna Roalnd é psicóloga e atual Coordenadora de Combate ao Racismo da UNESC.

¹⁵ Ver em: CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf acesso em: 04/03/2017; CARNEIRO, Sueli. GÊNERO, RAÇA E ASCENÇÃO SOCIAL. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, p.544-552, jun. 1995; ROLAND, Edna. DIREITOS REPRODUTIVOS E RACISMO NO BRASIL. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, p.506-514, jun. 1995.

O Geledés se posiciona em defesa de mulheres, mulheres negras e negros, por compreender que esses segmentos sociais padecem de desvantagens, preconceitos e discriminações no acesso às oportunidades. Assume, também, a posição de defesa à cidadania, sendo contra as demais formas de discriminação, tais como: lesbofobia, homofobia, preconceitos regionais, de credo, opinião e classe.

Em uma primeira aproximação ao cenário de coleta de dados da Folha, abarcando o período de março de 2013 a agosto de 2013 (seis meses), identificamos 786 reportagens que tiveram como objeto de notícias temas relacionados às pautas feministas e de gênero, não sendo diferente no Boletim do Geledés. O aborto ganhou relevância em meio às publicações que se fizeram presentes nos dois veículos de comunicação, sendo este um dos motivos para ser objeto de análise. Outros dois motivos foram critérios para a composição do *corpus*: importância histórica como pauta da agenda feminista no Brasil e no mundo, a partir da leitura dos direitos sexuais e reprodutivos (Corrêa, 1996)¹⁶; tais demandas atravessam os pleitos das mulheres em geral, mas figuram com contornos diferenciados para as mulheres negras e não brancas¹⁷, registradas pelos indicadores de saúde.

¹⁶ Dentre essas pautas ganham destaque a reivindicação ao direito ao corpo e à defesa pela descriminalização do aborto.

¹⁷ De acordo com dados do último Relatório Socioeconômico da Mulher (2014), elaborado pelo Governo Federal, 62,8% das mortes decorrentes de gravidez atingem mulheres negras e 35,6%, mulheres brancas. Do ano de 2000 para 2012 as mortes por hemorragia entre mulheres brancas caíram de 141 casos por 100 mil partos para 93 casos. Entre mulheres negras aumentou de 190 para 202. Por aborto, a morte de mulheres brancas caiu de 39 para 15 por 100 mil partos. Entre

Os dados coletados foram organizados e interpretados por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2010), refere-se a um conjunto de técnicas que analisam as comunicações, nas quais consistem explicitações e sistematizações dos conteúdos das mensagens e de suas expressões, no caso, sobre o aborto. A preocupação do analista está em compreender o sentido da comunicação, assim como indagar uma outra significação que se encontra em segundo plano.

Operacionalmente, localizamos, por meio de uma leitura vertical, a temática do aborto nos dois veículos de comunicação, contabilizando um total de 88 reportagens. Na Folha de São Paulo foram mapeadas 66 notícias nos jornais impressos que se encontram escaneados e disponibilizados no acervo *online* do Jornal¹⁸. No Portal *Online* Geledés foram levantadas 22 matérias nos boletins de notícias disponibilizados pelo Coletivo. Após identificar as matérias, realizamos outra leitura vertical, agora, das notícias selecionadas, destacando unidades de registro para, depois de uma leitura transversal do *corpus*, iniciar o processo de codificação.

Em seguida, procedemos com a codificação das unidades de registro em categorias e temas. Destacamos os sentidos em meio aos recortes feitos e avançamos na análise, situando o contexto social, econômico, político e institucional das produções de notícias da Folha de São Paulo e do Boletim do

negras, aumentou de 34 pra 51. Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-aseam_completo.pdf. Acesso: 20 jul. 2016.

¹⁸ Ver em? PAULO, Folha de São. Acervo Folha. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 11 nov. 2015.

Portal Geledés. Por fim, correlacionamos os sentidos e contrastes identificados na imprensa jornalística e no coletivo feminista, organizando a discussão em três núcleos temáticos, a saber: o lugar das mulheres nas notícias; religiosidade cristã e raça.

Um olhar midiático: das mulheres às notícias

Os resultados demonstraram que os veículos pesquisados apresentam cenários que refletem as lutas ideológicas, políticas e sociais de diversos segmentos da sociedade, bem como a presença do Estado nos debates veiculados, e a invisibilidade da condição da mulher negra nas notícias. Tal contexto está intrinsecamente associado ao caráter contraditório da mídia, que nos leva a problematizar a atuação desempenhada pelos meios de comunicação na construção das relações sociais e, conseqüentemente, na produção de formas simbólicas.

Thompson (2014) afirma que os seres humanos se ocupam em todas as sociedades da produção e troca de informações e conteúdos simbólicos. Esses conteúdos assumem desde sempre espaços centrais na vida das sujeitas. Uma maior variedade de instituições de comunicação, consideradas características da era moderna, vêm se desenvolvendo e se instituindo como um agente transformador, servindo de instrumento para os intercâmbios simbólicos de informação.

Esta produção de conhecimento enxerga a mídia como detentora de um grande poder de influência sobre os processos políticos e sociais (Guazina, 2007).

Assim, uma comunicação que provém de uma determinada base material – vozes que saem de um rádio, palavras escritas em papel, entre outros – deve ser entendida como parte de uma complexa movimentação das condições sociais e contextos que se fazem presentes e atravessam a circulação das mensagens.

Nessa perspectiva, a Folha de São Paulo mostrou-se, em vários momentos, uma poderosa aliada do discurso pró-vida reivindicado há anos pelos parlamentares que representam o cristianismo e fortalecido, atualmente, pela chamada bancada evangélica¹⁹, da qual o Deputado Federal Marcos Feliciano era um de seus principais porta-vozes. Ademais, protagonizou a disseminação de argumentos conservadores, elegendo, por vezes, o movimento feminista e LGBT como principal inimigo.

A matéria “Seminuas: Mulheres protestam pelo direito ao aborto e ao sexo livre” (Folha de São Paulo, 23/07/2013) representa o discurso pró-vida, ao projetar a imagem²⁰ das mulheres com os seios à mostra, suas vestimentas vermelhas e dizeres “livre”, numa relação linear e direta entre o ato sexual e a prática do aborto. O texto veicula uma “ode” ao prazer feminino, e uma suposta “ameaça” à maternidade, sem, contudo, problematizar o contexto da manifestação das mulheres. Remete, ainda, a cerimônias de tradições pagãs²¹, que desassociam

¹⁹ Termo aplicado a uma frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil composta por políticos evangélicos de partidos políticos distintos.

²⁰ Imagem veiculada pela Folha de São Paulo na reportagem Seminuas. 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?anchor=5884773&pd=b3ce925fe9efe22e3eb046f336f23ce3>>. Acesso em: 10 set. 2018.

²¹ Paganismo é um termo geral, normalmente, usado para se referir a tradições religiosas politeístas.

sexualidade de reprodução.



Importante recuperar que Sicuteri (1985) denomina “bruxa” a mulher selvagem, contrária ao ideal civilizador advindo do pensamento eurocêntrico. Este anuncia uma perspectiva evolucionista que afirmará que a partir do momento que o/a bárbaro/a se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna tem o direito de exercer a violência sobre ele/a, caso seja necessário, para destruir os obstáculos do desenvolvimento (Quijano, 2012). Desta maneira, a colonialidade do gênero se anuncia na discussão, junto às representações da foto, no qual se projeta um discurso condenatório sobre o aborto, através de uma imagem estigmatizada da sexualidade feminina (Tornquist; Miguel; Assis, 2012).

Outro ponto de discussão é a ênfase à liberdade sexual. Historicamente, os nexos realizados entre sexo e maternidade têm colaborado para restringir a autonomia das mulheres. As concepções convencionais de família e do “ser mulher”, ao caminharem associadas a uma lógica cristã e patriarcal de controle dos corpos, justificariam o igual controle da sexualidade feminina. Negar-se-ia, deste modo, a construção de uma vida sexual pautada pelos interesses femininos, tendo, assim, como referência os valores masculinos.

Nos países latino-americanos, as decisões relacionadas à anticoncepção, à interrupção voluntária da gestação, ao exercício da sexualidade e à opção de ter ou não ter filhos, ainda, é distante para a maioria das mulheres (MELO 2001). América Latina e Caribe estão entre os países que possuem as legislações mais restritivas e punitivas sobre o aborto²². Embora seja enquadrado como questão de saúde pública no registro internacional, a discussão ganha contornos singulares em um continente no qual ele é amplamente criminalizado.

Geledés evidencia esta realidade em matérias como: “Feministas alertam para crescente criminalização da luta pela legalização do aborto na América Latina” (24/03/2013)²³; “O país onde as mulheres podem ser presas por ter aborto

²² No Brasil, a legislação de referência é o Código Penal, formulado nos anos de 1940 durante o período ditatorial do Estado Novo. Este permanece em vigor e considera até hoje a prática do aborto crime, com exceção da gravidez fruto de estupro e de risco de vida da genitora. Somente em 2012 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPR) nº54 garantiu, no país, a interrupção terapêutica da gestação de feto anencéfalo. A ação relatada pelo ministro Marco Aurélio Mello foi proposta em 2004 pela Confederação Nacional dos trabalhadores da Saúde (CNTS) e julgada apenas oito anos depois.

²³ As notícias estão disponíveis nos sites: <https://acervo.folha.com.br/index.do>; <https://www.geledes.org.br/>

espontâneo” (22/10/2013), esta última pautando a situação das mulheres que sofrem aborto, seja ele espontâneo ou induzido em El Salvador. Geledés, apesar de não reconhecer sua produção como de conteúdo decolonial, desenvolve seu trabalho a partir da construção de “paradigmas outros”²⁴. Nesse sentido, apresenta discussões de mulheres situadas em suas realidades, sendo oriundo dessa elaboração o potencial de suas denúncias e resistências como Coletivo Feminista.

Entretanto, é importante pontuar que pautas requeridas historicamente pelos movimentos feministas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente às voltadas à legalização do aborto, permanecem restringidas em ambos os veículos de comunicação pesquisados. Essas pautas dão visibilidade ao *backlash* (Machado, 2016), ou seja, a uma forte e ampla repercussão do atual Congresso, que parece cada vez mais sensível às demandas neoconservadoras, com tendência à defesa da moralidade cristã imposta pela política religiosa partidária. Poderíamos afirmar que enquanto na Folha há um discurso de controle do corpo feminino, em Geledés há a preocupação de politizar o lugar da mulher latino americana em relação ao aborto e as conseqüências de sua prática clandestina.

O Estado Brasileiro é laico?

As matérias de Geledés procuram denunciar o momento histórico através do protagonismo de ativistas feministas contrárias à atual conjuntura - “Feministas

²⁴ O que o pensamento decolonial busca não é se consolidar como um novo paradigma teórico, e sim um “paradigma outro”, que se traduz em um conhecimento não eurocêntrico, situado na diferença colonial (Mignolo, 2003).

alertam para crescente criminalização da luta pela legalização do aborto na América Latina” (24/05/2013); “Tirem seus rosários dos ovários: a exposição sobre o aborto que está chacoalhando a Argentina” (17/10/2013); “Católicas da América Latina comentam fala do Papa sobre aborto” (17/01/2014); “Espanholas registram corpo em cartório contra a reforma da lei do aborto” (13/02/2014).

A Folha de São Paulo, por sua vez, utiliza-se de argumentos pautados em dois marcos para construir seu discurso acerca do aborto, a saber: a religiosidade cristã²⁵; a ciência²⁶. No primeiro, os grupos de parlamentares religiosos demonstraram que as bases de suas posições políticas se ancoravam em teses religiosas, comprometendo a laicidade do Estado. Ao mesmo tempo,

²⁵ “Brasileiro quer que Francisco seja liberal: Datafolha mostra desejo que papa aprove pontos como divórcio, uso de camisinha e fim do celibato. Rejeição ao aborto e casamento gay são as duas exceções” (24.1/03/2013); “Católicos são os mais liberais entre os religiosos: ‘catolicismo cultural’ é um fator que afeta as taxas de aprovação de temas como o uso da pílula, rejeitado pela igreja” (27.1/03/2013); “A espera de perdão: mãe de pastor Marco Feliciano relata como praticava abortos clandestinos em SP, nos anos 70” (4.1/04/2013); “Entidades religiosas farão marcha contra aborto e união gay”(4.1/06/2013); “Evangélicos protestam em Brasília contra aborto” (6.1/06/2013); “Kit’ traz orientações a peregrinos sobre os tabus da igreja” (22.1/07/2013); “Fiéis são menos rigorosos em hábitos condenados por Papa” (27.1/07/2013); “Progressista ou careta?” (27.2.3.4.5.6/07/2013); “Kit tabu” (27.7.8.9.10.11/07/2013); “Em marcha das Vadias grupo pisoteia crucifixos” (28.1/07/2013); “Pai de anencéfalo entrega camiseta antiaborto ao papa” (29.1/07/2013); “Evangélicos vão atacar lei da pílula do dia seguinte” (3.1/08/2013); “Justiça divina” (6.1/08/2013); “Papa critica a ‘obsessão’ da igreja por aborto e união gay” (20.1/09/2013); “Francisco busca o fim da retórica do confronto” (20.2/09/2013); “O papa e a maçã” (22.1/09/2013); “A doutrina de Francisco” (23.1/09/2013); “Papa convoca reunião de bispos para 2014” (9.1/10/2013); “Lista de livros mais vendidos imita divisão direita-esquerda dos EUA” (14.1/10/2013); “Conservador, pastor do PSC afirma que vai chegar à Presidência” (3.1/11/2013); “Temas tabus são alvo de questionários do Vaticano” (6.1/11/2013); “Manipulação da fé” (17.1/11/2013); “No 1º documento doutrinário, Papa prega a descentralização da Igreja” (27.1/11/2013); “Guru de Feliciano será candidata no Paraná” (15.1/12/2013); “Papa decide tirar cardeal conservador de comitê” (18.1/12/2013); “Papa diz que aborto reflete ‘cultura do descarte’” (14.1/01/2014); “Cultura do descarte” (18.1.2.3.4.5.6/01/2014).

²⁶ “Teste genético anormal não significa o fim da gravidez” (20.1/03/2013); “Médicos defendem aborto até 12º semana de gestação” (21.1/03/2013); “Aborto sem Crime” (23.1/03/2013); “Ministério facilita acesso à pílula do dia seguinte” (17.1/04/2013); “Por Apolo e por Asclépio” (4.1/05/2013); “É preciso criar leis contra a discriminação genética” (14.1/09/2013); “Dor fetal motiva debate sobre aborto” (8.1/10/2013);

transformaram o corpo das mulheres, particularmente as pobres e não-brancas, em moeda de troca, ao custo da implementação de um Estado defensor de propostas ligadas à segurança pública, formuladas por políticos ruralistas, evangélicos e defensores, denominados de bancada BBB²⁷, consolidada após a ditadura militar brasileira (Machado, 2016).

Nas reportagens, as lideranças políticas e religiosas eram exercidas por homens, como o Papa Francisco e o Deputado Marco Feliciano, estando explícitas as diferenças doutrinárias e de estratégias políticas utilizadas para difundir as posições sobre o aborto. Contudo, os protagonismos masculinos e os argumentos em torno da temática convergem em prol da “vida” e da projeção personalizada da liderança religiosa. Visibiliza-se, desse modo, a disputa político-ideológica baseada na criação simbólica de “celebridades”, ou seja, daqueles que representam seus fiéis.

No segundo marco, o debate em diferentes notícias conta preferencialmente com a participação ativa de líderes religiosos, juízes/as, advogados/as, profissionais da área da saúde e parlamentares, denominados de autoridades para discorrer sobre o assunto. Chama atenção, ainda, que nas dez²⁸

²⁷ Uma referência à “Boi, Bíblia e Bala” - Grupo parlamentar considerado fundamental na votação favorável ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, defensor da ampliação do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, da redução da maioria penal, do estatuto do nascituro entre outras pautas consideradas conservadoras.

²⁸ “Teste genético anormal não significa o ‘fim da gravidez’”(20.01/03/2013); “Médicos defendem aborto até 12º semana de gestação” (21.1/03/2013); “Legalizar a prática deseduca e é grave” (21.2/03/2013); “Aborto sem Crime” (23.1/03/2013); “Pílula do dia seguinte pode ser vendida sem prescrição nos EUA” (6.1/04/2013); “Ministério facilita acesso à pílula do dia seguinte” (17.1/04/2013); “Serviço de aborto legal no Brasil está jogado ‘às traças’, diz ministra” (15.1/06/2013); “É preciso criar leis contra a discriminação genética” (14.1/09/2013); “Dor fetal

reportagens que possuem essas análises, nove das treze autoridades, que apresentam seus pareceres técnicos, sejam homens. Tal movimento é recorrente na modernidade, donde a lógica universalista, que mantém como base argumentos biológicos, é utilizada até mesmo nas reportagens que trazem argumentos favoráveis à legalização do aborto. Assim, as notícias constituem as bases que sustentam raciocínios referentes às diferenças de gênero, que se moldam como desigualdades. Nessa perspectiva, as mulheres são mais propensas a serem reconhecidas como capital humano do que como agentes de suas vidas (Wichterich S/D), emergindo nesse contexto como sujeitas traduzidas por vozes externas às suas.

No campo dos argumentos, novamente a discussão se mostra dual. Há uma reatualização das posições “contra” ou “a favor” por meio de narrativas mais contundentes e com maior disseminação dos debates, em função das novas tecnologias. Da mesma maneira, a representação da “mulher feminista”, como um grupo homogêneo, branco, que “perverte” a ordem e utiliza como estratégia de embate o corpo nu, evidenciada pela Folha de São Paulo, distorce os discursos e práticas feministas e invisibiliza a diversidade do movimento - “Em marcha das Vadias grupo pisoteia crucifixos” (28.1/07/2013); “Como se forma uma Femem” (29.1/12/2013).

A problemática da laicidade do Estado está posta nas reportagens em

motiva debate sobre aborto” (8.1/10/2013); “Guru de Feliciano será candidata no Paraná” (15.1/12/2013).

ambos os veículos, bem como a ausência de um debate racializado voltado ao aborto se apresenta subliminar e não tematizado e, por este motivo, seu silenciamento está naturalizado. A raça, enquanto processo político, marca a vivência das mulheres de maneira diferenciada, e quando se trata da experiência de interrupção da gravidez, a realidade não é diferente. As mulheres negras são as que mais morrem durante tentativas de abortamento (BRASIL 2014), embora a Folha de São Paulo e Geledés tenham veiculado apenas uma notícia racializada²⁹, a partir de uma discussão interseccional sobre aborto e condição da mulher negra.

A Gente combinamos de não morrer³⁰: raça e aborto nas notícias.

Destacamos que raça e etnia são marcadores centrais para o debate dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a descriminalização do aborto, incidindo diferentemente sobre mulheres em posições sociais específicas e desiguais. As formas de dominação, seletividade e regulamentação, da mesma maneira que não são neutras numa perspectiva de sexo e gênero, também não o são em termos de raça, classe, sexualidade e localidade. Assim, é necessário reconhecer que as mulheres não compõem um grupo universal e homogêneo, como vastamente retratado pela literatura, principalmente pelas autoras decoloniais (Curiel, S/D; Espinosa-Miñoso, 2014; Lugones, 2014; Correal, 2014; Costa, 2010).

²⁹ Das 88 notícias sobre aborto nos dois veículos pesquisados, encontrou-se apenas duas matérias que articulam os marcadores sociais de gênero, raça e religião, e fazem menção à questão da mulher negra: “Aborto e ilegalidade: a violência do Estado contra as mulheres negras”, publicada por Geledés (03/02/2014), e “A saúde pública espera por mudanças” (29/04/2013), da Folha de São Paulo.

³⁰ Referência ao conto “A gente combinamos de não morrer” do livro “Olhos d’água” (2015) da escritora Conceição Evaristo.

A questão da raça e etnia refletem indiscutivelmente no direito a controlar a sexualidade e à vida reprodutiva, bem como realizar o exercício da escolha e da autonomia. O que era reivindicado como “direito” às mulheres brancas e de classe econômica privilegiada (acesso ao controle da reprodução) veio a ser interpretado como “dever” às mulheres pobres e negras. Durante as primeiras décadas do século XX, o avanço do movimento eugenista contribuiu para justificar suas intervenções em favor do controle de natalidade, como uma das soluções ao “problema da pobreza” (Davis, 2016).

O “não lugar” das mulheres negras no debate sobre o aborto é extremamente significativo em um país que possui a maior quantidade de pessoas negras fora do continente africano. Entendemos que a falta de projeção desta intersecção está, sobretudo, relacionada ao impacto do colonialismo, no qual a raça é elemento central (Quijano, 2012). Tal recorte racial irá, inclusive, justificar a existência de formas tradicionais de estratificação da população, voltadas, principalmente, para as consideradas “sujeitas coloniais” excluídas do exercício da cidadania. Este cenário influencia diretamente os discursos projetados pela mídia brasileira. Isto significa, portanto, que a difusão de notícias voltadas ao tema do aborto em pleno século XXI, ao prescindir o contexto social específico e as formas de hierarquia existentes na sociedade brasileira, reproduz, em certa medida, a noção da “dupla colonização” perpetrada pelas ideologias colonial e patriarcal.

Paul Gilroy (1993), em seu livro intitulado “O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência”, afirma existir uma tendência entre as analistas quando

consideram a modernidade uma etapa superior e distinta da escravidão. O pesquisador argumenta que a modernidade, por meio do capitalismo, ergueu-se através de grandes atos de violência, escravidão e expropriação, assim não haveria modernidade sem a escravidão, e sem o apagamento da história de povos nativos. Nesta perspectiva, as marcas da colonização, que englobam o cenário ilustrado pelo Relatório Socioeconômico da Mulher (Brasil, 2014), permanecem naturalizadas mesmo em um coletivo feminista racializado como Geledés, ao se considerar que a raça ganha menos força na projeção das notícias voltadas à problemática do aborto.

A ausência da raça na discussão interseccional, provinda do Portal Geledés, pode estar associada há diversos fatores. Primeiro, à falta de consenso a respeito do aborto no próprio Coletivo Feminista. Os posicionamentos de feministas são diversos sobre o tema e estão diretamente relacionados aos tabus sociais e religiosos, mas, também, a posicionamentos do movimento negro. Fato é que a discussão dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos é uma das leituras que atravessam o debate feminista.

Segundo, à tentativa de embranquecimento da população e de controle da pobreza. Estudiosas/os negras/os denunciam uma ideologia dominante de genocídio do povo negro, no qual o controle populacional seria uma das grandes estratégias utilizadas. Daí partiria o receio do movimento negro quando se trata do tema. Se no século XX, nos Estados Unidos, repercutiu a afirmação do movimento de controle populacional de que “mulheres pobres, negras e imigrantes teriam o

dever moral de restringir o tamanho de sua família” (Davis, 2016: 2013), no Brasil, houve as esterilizações em massa dessas mulheres, a partir da década de 1970 (Roland, 1995).

Outro motivo seria o entendimento de que a questão racial estaria implícita ou subentendida no discurso, visto que este é propagado por um coletivo que tem na questão racial e na luta conjunta aos movimentos negros seus pilares de sustentação. No entanto, destaca-se que a auto-identificação ou o auto-reconhecimento das sujeitas ou grupos minoritários nas pautas que estas são protagonistas é determinante. Angela Figueiredo (2016) afirmou que somente existe a dominada contra a dominação se esta se reconhecer como tal, ou seja, não há feminismos antes das feministas. Assim, a importância da visibilização das realidades e demandas das mulheres negras e não brancas se torna essencial no combate das opressões vivenciadas, logo, na discussão do aborto. A alta mortalidade de mulheres negras, devido à falta de acesso a procedimentos seguros na realização da interrupção da gravidez, é um dado de realidade não problematizado, embora Geledés pautar a realidade das mulheres brasileiras.

A raça tem sido considerada um elemento estruturante da sociedade e das relações de gênero na cartografia social da América Latina, especialmente no Brasil. Os resultados, apesar de não nomearem em grande parte de suas notícias tais recortes, reportam-se às discussões relacionadas às políticas públicas de saúde brasileira (SUS), e às decisões do Poder Judiciário. No âmbito das políticas públicas, a defesa pela descriminalização e legalização do aborto tem como

argumento o alto número de mortalidade materna, configurando-se como uma questão de saúde pública (Pinto; Vitta, 2015), não racializada. Na teoria e ação política feministas o argumento central é a autonomia reprodutiva das mulheres, confrontando, dessa maneira, a idealização histórica da maternidade. Independentemente das afirmações, o debate está nas agendas políticas de países ocidentais e, com isso, há uma ascensão de discursos e ações que tentam barrar possíveis avanços e defendem retrocessos na implementação de direitos, como é o caso do aborto legal no Brasil (Biroli, 2017).

O processo de igualdade social figura como uma dimensão jurídico-formal, traduzindo-se em desigualdades impostas a determinados segmentos sociais na luta por direitos, principalmente em relação ao acesso à saúde e à justiça de determinados segmentos. Nesse sentido, ao mesmo passo em que as mulheres não brancas latino-americanas possuem especificidades relacionadas às mulheres brancas latino-americanas, as mulheres não brancas e brancas do sul do mundo evidenciam uma realidade diferente das não brancas norte-americanas, por exemplo.

O contexto brasileiro de colonização pressupõe, sobretudo, o controle do corpo das mulheres e o domínio de seu destino desde o período da escravidão colonial. Foi nessa realidade global que as mulheres negras no Brasil tiveram que “reconstruir” a própria identidade como mulher e brasileira negra, que vivenciam cotidianamente as marcas das feridas coloniais (Lugones, 2014), herança de uma violenta missão civilizatória. Os resultados da pesquisa possibilitam considerar

que a realidade se altera, porém, as relações continuam coloniais e colonizantes. A comunicação de massa, ou mesmo as mídias consideradas alternativas, continuam a repetir, de certo modo, tal lógica. Ou seja, soma-se à ideia da raça, que atua como principal argumento de sustentação da colonialidade do poder, à colonialidade de gênero.

Nessa chave de interpretação, a feminista decolonial Grada Kilomba (2016) nos ajuda a refletir que o conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, e sim está relacionado à reprodução de relações de poder raciais, de gênero e de classe, que definem verdades através de interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal. Para uma descolonização e desconstrução de tais argumentos contrários ao aborto se deve compreender que, mesmo entre as mulheres, fala-se de tempos e de lugares particulares, a partir de realidades e histórias singulares, que habitam posições de poder e privilégios, como analisados nos dados das pesquisas referentes ao tema³¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso midiático, como tantos outros, possui um lugar privilegiado, no qual os significados sociais podem ser rerepresentados para naturalizar relações sociais ou potencializar deslocamentos, promovendo desconstruções de sentidos e ressignificações. Os resultados da pesquisa revelaram contrastes e contradições

³¹ Ver Relatório Socioeconômico da mulher (2014) e Diniz; Medeiros (2010).

na difusão da informação em ambos os meios de comunicação, bem como explicitaram suas tendências e a do contexto social.

Uma dessas tendências foi a reprodução da colonização, ainda, presente no imaginário social, veiculando, por vezes, “verdades” sobre o aborto. Neste contexto, a presença de argumentos pró-vida foi recorrente, com posições políticas distintas de Geledés e da Folha, mas que convergiram quando se tratava da secundarização do marcador raça nos debates veiculados.

Na Folha, as tendências centraram-se na culpabilização da mulher que pratica o aborto, sendo estereotipada como pervertendo sua essência feminina e a dinâmica da ordem societária. Subliminarmente, o Jornal propagou a oposição ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, em particular na América Latina, com a projeção de notícias protagonizadas por fundamentalismos religiosos ou do chamado ativismo conservador de grupos autodenominados “Pró-vida”.

Outro caminho adotado pelo Jornal foi a utilização de um dos saberes mais marcantes da modernidade: a racionalidade científica, com ênfase no discurso biomédico. A ciência foi tomada como autoridade sobre os vários domínios da vida humana, sobretudo, em relação ao gênero e sexualidade. As afirmações em torno de averiguações genéticas e declarações da comunidade médica, entre outras posições, ganharam destaque neste veículo, ao difundir o que era aceitável ou não, patologizando e/ou criminalizando o que enquadrado no campo do não aceitável. Entretanto, neste espaço jornalístico figurou, igualmente, discussões

favoráveis   legaliza o do aborto, produzindo em certa medida sentidos de isen o e legitimidade sobre o assunto.

O Portal Geledés, por sua vez, ao apostar nas trocas de informa es e nas conexões possíveis, apoiadas pela tecnologia, denunciou o momento histórico, através do protagonismo de ativistas feministas contrárias   atual conjuntura. A politiza o do lugar das mulheres latino-americanas e sua rela o com o aborto na sociedade foram veiculadas, visibilizando as violências que atravessam a temática. Contudo, o que mais surpreendeu foi o fato de o Portal Geledés secundarizar as intersec es de raça e etnia presentes no debate do aborto, com destaque   condi o da mulher negra, embora este denuncie incessantemente sua condi o subalterna.

A ausência da raça na discussão interseccional em Geledés pode estar associada   diversos fatores. Primeiro,   falta de consenso a respeito do tema no próprio Coletivo Feminista; segundo,   tentativa de embranquecimento da popula o e de controle da pobreza. Estudiosas/os negras/os denunciam uma ideologia dominante de genocídio ao povo negro, no qual o controle populacional seria uma das grandes estratégias utilizadas; da  partiria o receio do movimento negro quando se trata do tema. Outro motivo seria o entendimento de que a questão racial estaria implícita ou subentendida no discurso, visto que este   propagado por um coletivo que tem na questão racial e na luta conjunta aos movimentos negros seus pilares de sustenta o.

Fato é que este “não lugar” da questão racial no debate sobre o aborto, sendo determinante da experiência, é extremamente significativo em um país que possui a maior quantidade de pessoas negras fora do continente africano. Entendemos que a pouca ou ausência da projeção desta intersecção está, sobretudo, relacionada ao impacto do colonialismo, no qual a raça é elemento central. O recorte racial irá, inclusive, justificar a existência de formas tradicionais de estratificação da população, voltadas principalmente para as consideradas “sujeitas coloniais” excluídas do exercício da cidadania.

Tal cenário influencia diretamente os discursos projetados pela mídia brasileira, e aponta que a difusão de notícias sobre o aborto, ao prescindir do contexto social específico e das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira, reproduz, em certa medida, a noção da “dupla colonização” perpetrada pelas ideologias colonial e patriarcal. Este fenômeno histórico complexo opera para que questões como às relacionadas ao debate do aborto deixem as margens suas reais protagonistas, por meio de uma lógica hierárquica e silenciadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lady Christina de (2010). *Trilhando seu próprio caminho’: Trajetórias e protagonismo de intelectuais/ativistas negras, a experiência das organizações Geledés/SP e Criola/RJ*. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BARDIN, Laurence (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70.

BELELI, Iara (2016). “Novos cenários: entre o ‘estupro coletivo’ e a ‘farsa do estupro’ na sociedade em rede”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, set.

BIROLI, Flávia (2017). “Direito ao aborto e maternidade: gênero, classe e raça na vida das mulheres”. *Cult*, São Paulo, v. 20, n. 223: 27-30, maio.

BRASIL. *Relatório Socioeconômico da Mulher* (2014). Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf. Acesso em: 07 maio 2017.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa (2008). “Da análise do Discurso à Análise Crítica do Discurso: introduzindo conceitos”. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Desvendando Discursos: conceitos básicos*. Florianópolis: Editora da Ufsc, p. 19-44.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf acesso em: 04/03/2017.

CARNEIRO, Henrique Soares (2012). “Rebeliões e ocupações de 2011”. In: AL., David Harvey...et. *Occupy*. São Paulo: Boitempo. p. 7-14.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind (1996). “Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma perspectiva feminista”. *Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2: 147-177.

CORREAL, Diana Marcela Gómez (2014). “Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras”. In: MIÑOSO, Yurderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca. p. 353-369.

COSTA, Claudia de Lima (2010). “Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber”. *Fragmentos* (UFSC), v. 39: 45-59.

_____ (1998). “O Tráfico do Gênero”. *Pagu*, Campinas, n. 11: 127-140.

CURIEL, Ochy (S/D). *GÉNERO, RAZA, SEXUALIDAD DEBATES CONTEMPORANEOS*. Disponível em: http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf. Acesso em: 29 set. 2017.

DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys (2014). “Una crítica decolonial a la epistemología feminista crítica”. *El Cotidiano*, Azcapotzalco, n. 184: 7-12, março.

EVARISTO, Conceição (2015). *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho (2016). “Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, [s.l.], v. 24, n. 3: 909-927, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro* (2012). 2. ed. Rio de Janeiro: 34.

GOMES, Fernanda Marcela Torrentes (2017). *EU ABORTO, TU ABORTAS, SOMOS TODAS CLANDESTINAS” MÍDIA E ABORTO: uma perspectiva do feminismo decolonial*. 2017 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____ (2014/1). *A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Serviço Social. Curso de Graduação em Serviço Social.

GONZALEZ, Lélia (1988). “Por um feminismo afrolatinoamericano”. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9: 133-141.

GROSGOUEL, Ramon (2008). "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80: 115-147.

GUAZINA, Liziane (2007). "O Conceito De Mídia Na Comunicação e Na Ciência Política: Desafios Interdisciplinares". In: *Revista Debates*. Porto Alegre, v.1, n.1: 49-64, jul.- dez. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/2469/1287>. Acesso em junho de 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de (1983). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 2a. Ed. São Paulo: Cortez.

KILOMBA, Grada (2017). *DESCOLONIZANDO O CONHECIMENTO*. Disponível em: https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/?gclid=CjwKCAjwpfzOBRA5EiwAU0ccN5DNi5MY24elmvzMQeULDQd66nBTLgi2YQoPIN6kJZXmtmFoAtXoWhoCM_AQAvD_BwE. Acesso em: 10 ago. 2017.

LUGONES, MARIA (2014). "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3: 35-952, jan.

MACHADO, Lia Zanotta (2016). "Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47: 1-32, fev.

MELO, Jacira (1997). "A polêmica do aborto na imprensa". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.5, n.2: 406-412.

MINAYO, M. C. de S (2001). "Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social". In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes. p. 9-30.

____ M. C. de S (2011). "Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação". *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 1, n. 3: 2-11, 28 abr.

MIGNOLO, Walter D (2003). "Un paradigma otro': colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico". In: MIGNOLO, Walter. *Historias locales-diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal. p. 19-60.

PINTO, Elisabete Aparecida; VITA, Bruno Perroni (2015). "O RETROCESSO AOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES: o aborto a partir Projeto Lei n.º 5.069, de 2013". *Revista Feminismos*, Salvador, v. 3, n. 2 e 3: 62-77, maio.

QUIJANO, Aníbal (2012). "Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia". *Revista Novos Rumos*. v.17, n.37: 04-28.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel (2010). *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Pensar, Instituto de Estudios Sociales e Culturales.

ROLAND, Edna (1995). "DIREITOS REPRODUTIVOS E RACISMO NO BRASIL". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 95, n. 2: 506-514, jul.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas (2012). "O aborto sob o olhar da religião: um objeto a procura de autor@s". *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 32: 21-43.

SERRANO, Pascual (2013). "Democracia e liberdade de imprensa". In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica a democratização da informação*. Rio de Janeiro: Boitempo. p. 71-82.

SICUTERI, Roberto (1985). *Lilith: a lua Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SIMÕES, Pedro (2012). *Assistentes Sociais no Brasil: Um Estudo a Partir das PNADs*. Rio de Janeiro: E-papers.

THOMPSON, John B. (2014). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

WICHTERICH, Christa (S/D). *Direitos Sexuais e Reprodutivos*. Disponível em:

https://br.boell.org/sites/default/files/boll_direitos_sexuais_reprodutivos_1.pdf.

Acesso em: 12 out. 2017.